ANO V V. 105

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

07/07/2023 A 22/07/2023





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária de Direito.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Andressa Dourado, Daniela da Silva e Kelly Pereira
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	14
NORMAS MUNICIPAIS	18
NORMAS EM DESTAQUE	20
FIQUE DE OLHO	22
ESTANTE VIRTUAL	23
SEMAS NA MÍDIA	24



ATUALIZADO EM 21/07/2023

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição destaca-se, em âmbito federal, a publicação da **LEI Nº 14.514, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022**, que dispõe sobre a empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), que dentre os dispositivos, altera o Código de Mineração brasileiro. Ainda na temática, tem-se o **DECRETO Nº 11.598, DE 12 DE JULHO DE 2023**, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor.

Já na esfera estadual, a publicação do **DECRETO Nº 3.200, DE 11 DE JULHO DE 2023**, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.324, de 7 de outubro de 2021, para instituir as Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional no âmbito do Programa de Educação e Formação Superior - "Forma Pará" e estabelecer os parâmetros para sua concessão. Destaca-se, também, a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2023-GABS/SEPLAD, 18 DE JULHO DE 2023**, que dispõe sobre regras de utilização e inserção de dados no Sistema Integrado de Planejamento do Pará (SigPLAN).

Na esfera municipal, dentre as normas publicadas neste período, destaca-se o **DECRETO Nº 107.732/2023-PMB, DE 10 DE JULHO DE 2023.** que regulamenta o art.° 22 - inciso III da Lei municipal 9.491, de 16 de julho de 2019, que cria o "Serviço Família Acolhedora - SFA, e a **PORTARIA Nº 1.639/2021 – GABS/SEMEC.** que institui a criação da Coordenação de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (COECAF) junto à diretoria de educação da Secretaria Municipal de Educação de Belém.

Na seção "Norma em Destaque", tem-se a publicação do **DECRETO ESTADUAL Nº 3.186, DE 3 DE JULHO DE 2023**, que dispõe sobre o exercício da atividade de consultoria jurídica, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Estadual, a criação do Núcleo Consultivo da Administração Direta e Indireta (NUCADIN); altera o Decreto Estadual nº 2.502, de 20 de setembro de 2010 e revoga o Decreto Estadual nº 956, de 12 de agosto de 2020.

Na seção "Fique de Olho", divulga-se o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas 2024 da Universidade Federal do Pará (UFPA). O Processo Seletivo Especial é destinado à seleção diferenciada para candidatos(as) indígenas e quilombolas 2024 (PSE-I/Q 2024).

Na seção "Estante Virtual", indica-se a obra "Parque Martírios-andorinhas: Conhecimento, História e Preservação", do autor: Paulo Sérgio de Sousa Goyareb. O livro está disponível para empréstimo e consulta na Biblioteca da SEMAS - SEDE.

Por fim, a seção "SEMAS na Mídia" desta edição, traz a conclusão de uma nova etapa de uma série de capacitações para técnicos envolvidos no programa Territórios Sustentáveis (TS), nos municípios de Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Cumaru do Norte, no sudeste do Pará. Com o objetivo de capacitar técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) e das secretarias municipais de Meio Ambiente e Agricultura, dos respectivos municípios, a respeito do processo de retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

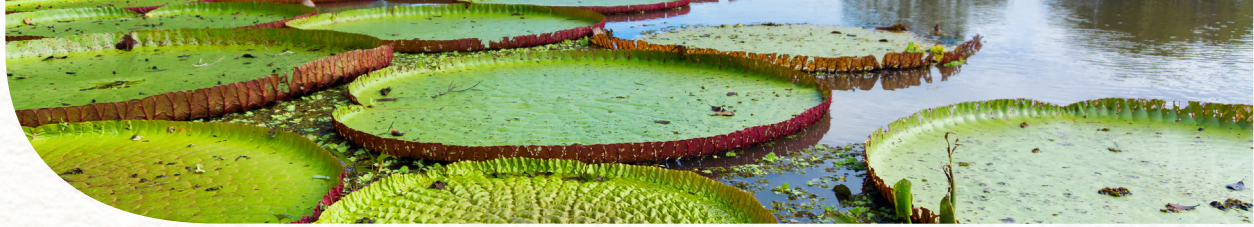
Boa Leitura!
Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.514, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre a empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares, e sobre a atividade de mineração; altera as Leis nºs 4.118, de 27 de agosto de 1962, 8.001, de 13 de março de 1990, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 13.848, de 25 de junho de 2019, e 14.222, de 15 de outubro de 2021, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração); e revoga a Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971, e dispositivos das Leis nºs 4.118, de 27 de agosto de 1962, 6.189, de 16 de dezembro de 1974, 7.781, de 27 de junho de 1989, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e 14.222, de 15 de outubro de 2021, e do Decreto-Lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969.

LEI Nº 14.615, DE 7 DE JULHO DE 2023. Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para estabelecer novo prazo para o credenciamento de Entidade Executora do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

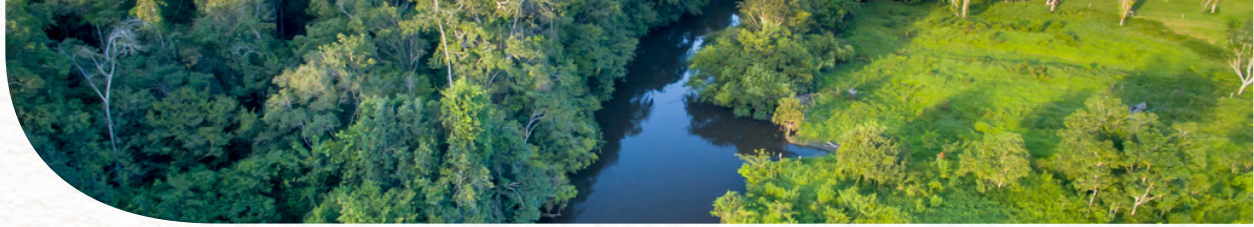
LEI Nº 14.618, DE 11 DE JULHO DE 2023. Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura; e dá outras providências.

LEI Nº 14.619, DE 11 DE JULHO DE 2023. Inclui a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água.

LEI Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

LEI Nº 14.627, DE 19 DE JULHO DE 2023. Acrescenta a Estratégia 8.7 à Meta 8 do Anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, referente ao Plano Nacional de Educação, para promover os direitos educacionais dos brasileiros residentes no exterior.

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.626, DE 19 DE JULHO DE 2023. Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para prever atendimento prioritário a pessoas com transtorno do espectro autista ou com mobilidade reduzida e a doadores de sangue e reserva de assento em veículos de empresas públicas de transporte e de concessionárias de transporte coletivo nos dois primeiros casos.

LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

DECRETO Nº 11.592, DE 10 DE JULHO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para Atualização do Livro Branco de Defesa Nacional.

DECRETO Nº 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023. Institui a Política Nacional de Cultura Exportadora e o Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora.

DECRETO Nº 11.596, DE 12 DE JULHO DE 2023. Convoca a V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

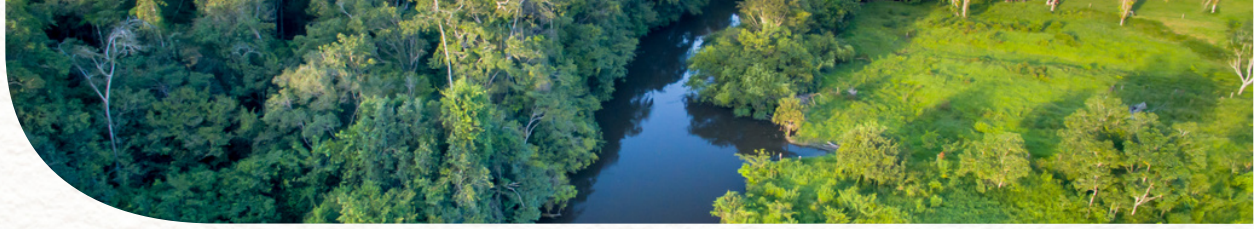
DECRETO Nº 11.597, DE 12 DE JULHO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Resiliência em Cadeias de Valor.

DECRETO Nº 11.598, DE 12 DE JULHO DE 2023. Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

DECRETO Nº 11.600, DE 17 DE JULHO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.918, de 29 de dezembro de 2021, para dispor sobre o Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável.

DECRETO Nº 11.599, DE 12 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.602, DE 18 DE JULHO DE 2023. Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Uganda, firmado em Campala, em 29 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 11.607, DE 19 DE JULHO DE 2023. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Brasília, em 14 de maio de 2018.

DECRETO Nº 11.608, DE 19 DE JULHO DE 2023. Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, firmado em Kingstown, em 7 de junho de 2017.

DECRETO Nº 11.609, DE 19 DE JULHO DE 2023. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada e Material, firmado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 109, DE 19 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a aprovação da Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2024.

RESOLUÇÃO CNDI/MDIC Nº 1, DE 6 DE JULHO DE 2023 (*). Propõe a nova política industrial, com a finalidade de nortear as ações do Estado Brasileiro em favor do desenvolvimento industrial.

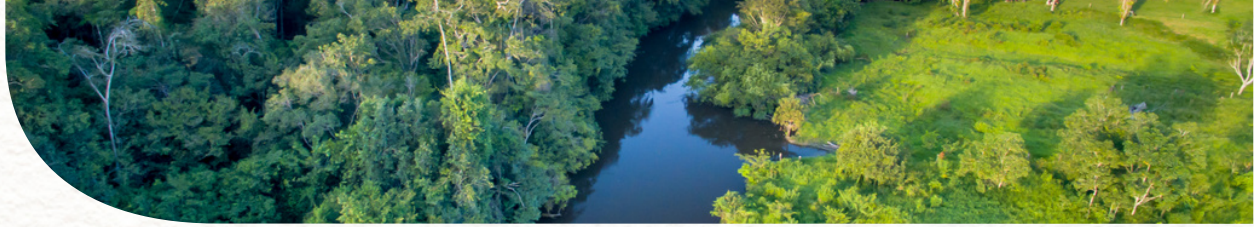
*Republicada por ter saído, no DOU nº 136 de 19-07-2023, Seção 1, pág. 16, com incorreção no original.

RESOLUÇÃO CE /CNDI /MDIC Nº 1, DE 28 DE JUNHO DE 2023. Aprova a criação dos grupos de trabalho para discussões das missões e seus cronogramas.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 25, DE 6 DE JULHO DE 2023. Altera o item 1.1.1.15 e inclui novo item 6.3.1.6 no Anexo da Instrução Normativa 23, de 24 de setembro de 2020, que dispõe sobre os artigos 18 e 19 da Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, para estabelecer especificações e critérios de verificação e certificação do Sistema de Diagnose a Bordo OBDBr-3, aplicados a veículos leves.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33/SESAN-APOIO/MDS, DE 7 DE JULHO DE 2023. Atualiza a especificação do modelo da tecnologia social de acesso à água nº 04: barreiro trincheira familiar, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.151, DE 10 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 25, DE 12 DE JULHO DE 2023. Define os produtos e serviços que serão preferencialmente apoiados por meio da ação orçamentária 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, mediante transferências de recursos da União, em conformidade com os programas e projetos do Ministério da Agricultura e Pecuária.

PORTARIA MDA Nº 20, DE 27 DE JUNHO DE 2023 (*). Estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

PORTARIA MDA Nº 19, DE 6 DE JULHO DE 2023. Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

PORTARIA MDHC Nº 390, DE 6 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre o cadastramento de Fundos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal da Pessoa Idosa para fins de encaminhamento à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

PORTARIA MDS Nº 897, DE 7 DE JULHO DE 2023. Estabelece normas e procedimentos para a gestão dos benefícios previstos nos incisos I a V do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, os procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias, e a revisão de elegibilidade e cadastral dos beneficiários.

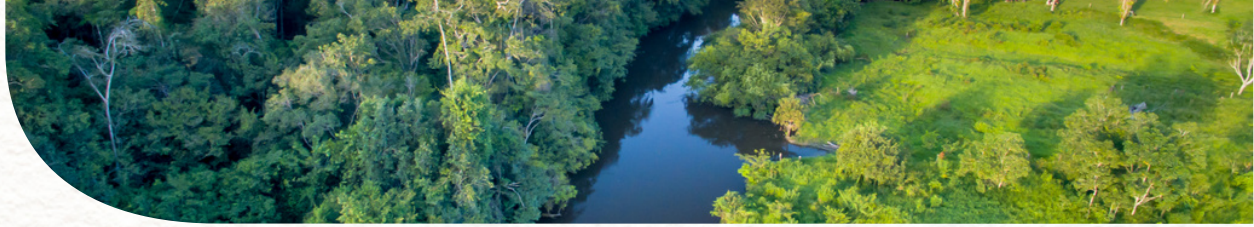
PORTARIA ICMBIO Nº 2.375, DE 7 DE JULHO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho para orientar o processo de definição, negociação implementação, monitoramento e avaliação das atividades relacionadas ao atendimento à condicionante 2.24, alínea "c", da Licença de Operação IBAMA nº 1317/2015 da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

PORTARIA SNP/MCID Nº 863, DE 7 DE JULHO DE 2023. Estabelece novo cronograma de atividades para execução de Obras de Contenção de Encostas selecionadas no âmbito da Ação 8865.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 840, DE 7 DE JULHO DE 2023. Estabelece os calendários de semeadura de soja em nível nacional, referente a safra 2023/2024.

PORTARIA MIDR Nº 2.324, DE 10 DE JULHO DE 2023. Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 6° da Portaria n. 659, de 15 de dezembro de 2017, constante no processo administrativo n. 59502.000768/2017-21, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Redenção - PA, para ações de Defesa Civil até 07/10/2023.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MJSP Nº 421, DE 11 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Amazônia Legal.

PORTARIA CONJUNTA MDA/INCRA Nº 1, DE 11 DE JULHO DE 2023. Cria o Grupo de Alternativas de Obtenção - GAO para avaliar e desenvolver ações e estratégias para obtenção e destinação de imóveis rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária e a outras políticas públicas fundiárias.

PORTARIA MDS Nº 898, DE 12 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

PORTARIA GM/MDIC Nº 159, DE 12 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre os critérios para apresentação, análise e aprovação da proposta orçamentária dos serviços sociais autônomos supervisionados pelo MDIC.

PORTARIA SFB Nº 138, DE 13 DE JULHO DE 2023. Estabelece os Procedimentos Gerais para instituição do Programa de Gestão no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro.

PORTARIA SGPRT/MGI Nº 3.634, DE 13 DE JULHO DE 2023. Aprova o Regimento Interno da Mesa Nacional de Negociação Permanente e implementa o Protocolo da Mesa Nacional de Negociação Permanente - Princípios e Premissas que regem a Negociação Coletiva no Serviço Público Federal.

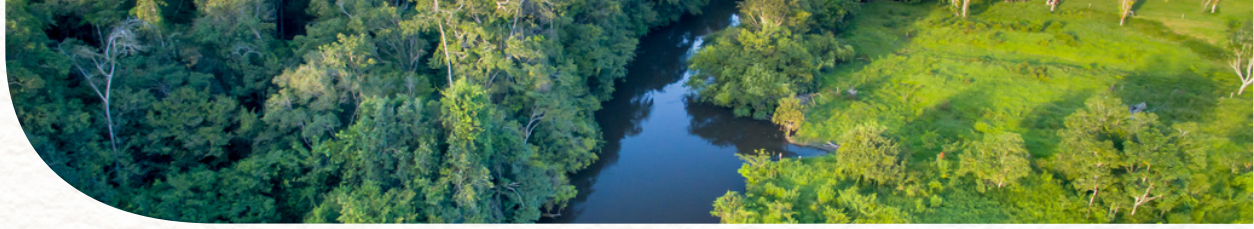
PORTARIA MIDR Nº 2.356, DE 13 DE JULHO DE 2023. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MMA Nº 15, DE 6 DE JUNHO DE 2023(*). Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora Ameaçada de Extinção da Bacia do Alto Tocantins - PAN Bacia do Alto Tocantins, contemplando 98 táxons ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, espécies contempladas, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. Processo SEI nº 02011.000533/2022-10.

PORTARIA MCTI Nº 7.225, DE 12 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a composição da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

PORTARIA MINC Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2023. Convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR Nº 2.357, DE 14 DE JULHO DE 2023. Renovar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 6° da Portaria nº 64, de 14 de dezembro de 2017, constante no processo administrativo n. 590520.000322/2017-10, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Monte Alegre - PA , para ações de Defesa Civil até 29/09/2023.

PORTARIA MDS Nº 899, DE 17 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre os procedimentos operacionais para execução do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea.

PORTARIA MINC Nº 46, DE 17 DE JULHO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de organizar a 3ª edição do Mercado das Indústrias Criativas Brasileiras (MICBR).

PORTARIA MGI Nº 3.814, DE 17 DE JULHO DE 2023. Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo Feminina da FIFA 2023.

PORTARIA MMA Nº 173, DE 18 DE JULHO DE 2023. Altera os Anexos I e II da Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, que aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

PORTARIA MDHC Nº 412, DE 19 DE JULHO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Rede Nacional de Implementação das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos.

PORTARIA GM/MPO Nº 203, DE 19 DE JULHO DE 2023. Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Educação; da Saúde; do Esporte; e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R$ 73.629.412,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA CONJUNTA MGI/MPS Nº 27, DE 20 DE JULHO DE 2023. Disciplina o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social - PEFPS, de que trata a Medida Provisória n o 1.181, de 18 de julho de 2023, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social e institui o Comitê de Acompanhamento do PEFPS.

NORMAS FEDERAIS



52 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



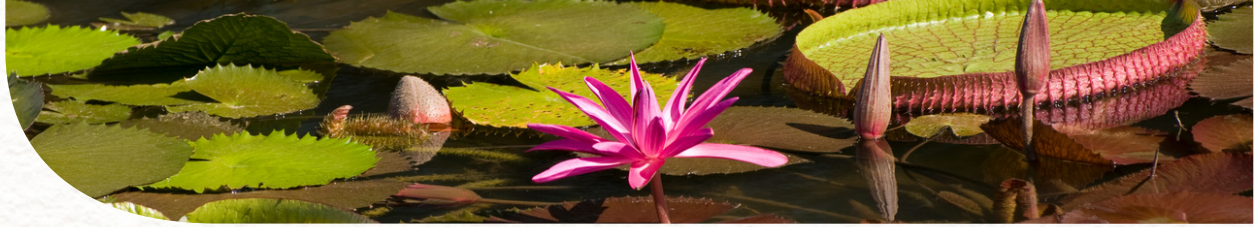
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.989, DE 10 DE JULHO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Luta Marajoara.

LEI Nº 9.994, DE 12 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre o recesso anual dos servidores públicos lotados nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado do Pará.

LEI Nº 10.007, DE 14 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre o valor das referências salariais dos servidores civis (ativos e inativos) e pensionistas do Poder Executivo do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.195, DE 7 DE JULHO DE 2023. Dispõe do expediente nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual nos dias 14, 21 e 28 de julho do corrente ano.

DECRETO Nº 3.200, DE 11 DE JULHO DE 2023. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.324, de 7 de outubro de 2021, para instituir as Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional no âmbito do Programa de Educação e Formação Superior "Forma Pará" e estabelecer os parâmetros para sua concessão.

DECRETO Nº 3.207, DE 13 DE JULHO DE 2023. Homologa o Decreto nº 013/2023, de 01 de fevereiro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Mocajuba, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2023, de 27 DE JUNHO DE 2023-GP/IPMB. Estabelece normas e procedimentos para entrega e recebimento de documentos referentes às aposentadorias de segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Belém.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 003/2023-GABS-SEPLAD/IGEPREV, 14 DE JULHO DE 2023. Regulamenta o fluxo para a inscrição automática, a inscrição voluntária e a migração do Plano de Benefícios PREVCOM PA, referente ao Regime de Previdência Complementar (RPC).

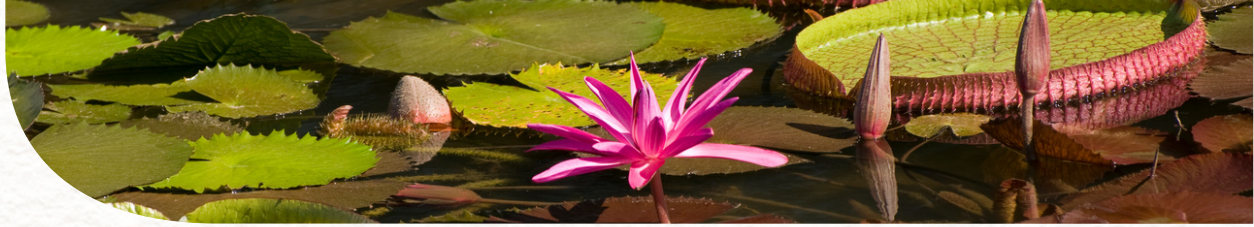
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2023-GABS/SEPLAD, 18 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre regras de utilização e inserção de dados no Sistema Integrado de Planejamento do Pará (SigPLAN) ou outro que vier a substituí-lo.

PORTARIA CONJUNTA Nº 001/23-SEFA/SEDEME/SEMAS, DE 28 JUNHO DE 2023. Constituir comissão temática para estudo e proposição de alteração normativa.

PORTARIA SEMAS Nº 1.343, DE 5 JULHO DE 2023. Nomeia os membros representantes do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (CGFAO). *Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial nº 35.463 de 07/07/2023.

PORTARIA CONJUNTA N° 001 /2023-SEFA/SEDEME/SEMAS, DE 11 DE JULHO DE 2023. Constituir comissão temática para estudo e proposição de alteração normativa.

NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA Nº 1431/2023-GAB/SEMAS. Torna público as metas para avaliação institucional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, previstas para o décimo quinto ciclo de avaliação, compreendido no período de 01 de julho a 31 de outubro de 2023, referentes ao processo de avaliação de desempenho.

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº 434 DE 11 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a aprovação do Plano de Manejo Integrado, composto pelas unidades de conservação: Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM) e Área de Proteção Ambiental de São Geraldo do Araguaia (APA Araguaia), abrangendo área territorial do município de São Geraldo do Araguaia.

PORTARIA Nº 0222/2023-GABS-SEPLAD, DE 13 DE JULHO DE 2023. Constitui Grupo de Trabalho – GT com o escopo de coordenar, supervisionar e recepcionar os trabalhos oriundos do objeto do Contrato Administrativo 08/2023.

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº 483 DE 20 DE JULHO DE 2023. Torna público o Plano Anual de Outorga Florestal do Estado do Pará – PAOF 2023.

NORMAS ESTADUAIS



16 ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 107.732/2023-PMB, DE 10 DE JULHO DE 2023. Regulamenta o art.° 22 - inciso III da Lei municipal 9.491, de 16 de julho de 2019, que cria o "Serviço Família Acolhedora - SFA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2023, de 27 DE JUNHO DE 2023-GP/IPMB. Estabelece normas e procedimentos para entrega e recebimento de documentos referentes às aposentadorias de segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Belém.

PORTARIA Nº 1.639/2021 – GABS/SEMEC. Institui a criação da Coordenação de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (COECAF) junto à diretoria de educação da Secretaria Municipal de Educação de Belém, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 1.640/2021 – GABS/SEMEC. Institui a criação do Núcleo de Arte, Cultura e Educação (NACE) junto à Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Belém, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 541/2021 – GABS/SEMEC. Institui a criação da Coordenação de Educação Escolar de Indígenas, Imigrantes e Refugiados (CEEIIR) junto à Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Belém, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 877/2021 – GABS/SEMEC. Institui a Coordenadoria de Educação para as Relações Étnico-Raciais (CODERER) junto à Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Belém, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 04/2023-CG/PGM, DE 29 DE JUNHO DE 2023. Retifica datas e horários da Correição Anual da Corregedoria Geral das Carreiras Jurídicas – CG/SEMAJ, nas Consultorias Jurídicas dos órgãos de lotação dos servidores ocupantes dos cargos de Consultor do Município de Belém.

PORTARIA Nº. 2.004/2023 – SEMAD/PMB, DE 20 JULHO DE 2023. Dispõe sobre os expedientes dos órgão da admnistração pública, direta, indireta, autarquias e fundações do poder executivo municipal, nos dias de jogos da Seleção Brasileira feminina de futebol na Copa do Mundo FIFA 2023.

NORMAS MUNICIPAIS



08 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO ESTADUAL Nº 3.186, DE 3 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre o exercício da atividade de consultoria jurídica, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Estadual, a criação do Núcleo Consultivo da Administração Direta e Indireta (NUCADIN); altera o Decreto Estadual nº 2.502, de 20 de setembro de 2010 e revoga o Decreto Estadual nº 956, de 12 de agosto de 2020.

ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE CONSULTORIA JURÍDICA

Centralizada: realizada interna e diretamente por Procuradores do Estado lotados na Procuradoria Consultiva (PCON) e na Procuradoria de Atos do Governador (PGOV), sem prejuízo da atuação dos Procuradores do Estado lotados em unidades especializadas da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Descentralizada: realizada por Procuradores do Estado preferencialmente lotados na Procuradoria Consultiva (PCON) e designados para atuar no assessoramento jurídico interno de órgãos e entidades estaduais, sem prejuízo de sua vinculação técnica e administrativa à Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

NÚCLEO CONSULTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (NUCADIN)

Unidade vinculada técnica e administrativamente à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), composto por Procuradores do Estado do Pará designados para atuar nas unidades de consultoria jurídica dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, com ou sem o exercício de chefia.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
GOVERNO DO PARÁ



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

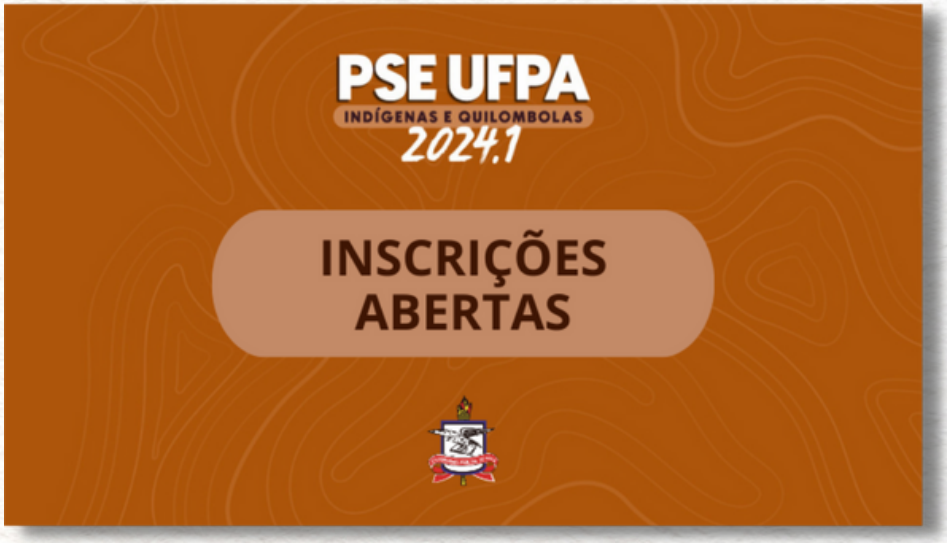
FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): PROCESSO SELETIVO ESPECIAL PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS 2024

O Processo Seletivo Especial é destinado à seleção diferenciada para candidatos(as) indígenas e quilombolas 2024 (PSE-I/Q 2024).

O PSE-IQ oferta 394 vagas para estudantes indígenas e 394 vagas para estudantes quilombolas, em 197 ofertas de cursos de graduação. O PSE-IQ integra as políticas de ações afirmativas da UFPA para garantir o acesso de populações tradicionais ao ensino superior.



INSCRIÇÃO: de 17 de julho a 30 de agosto de 2023

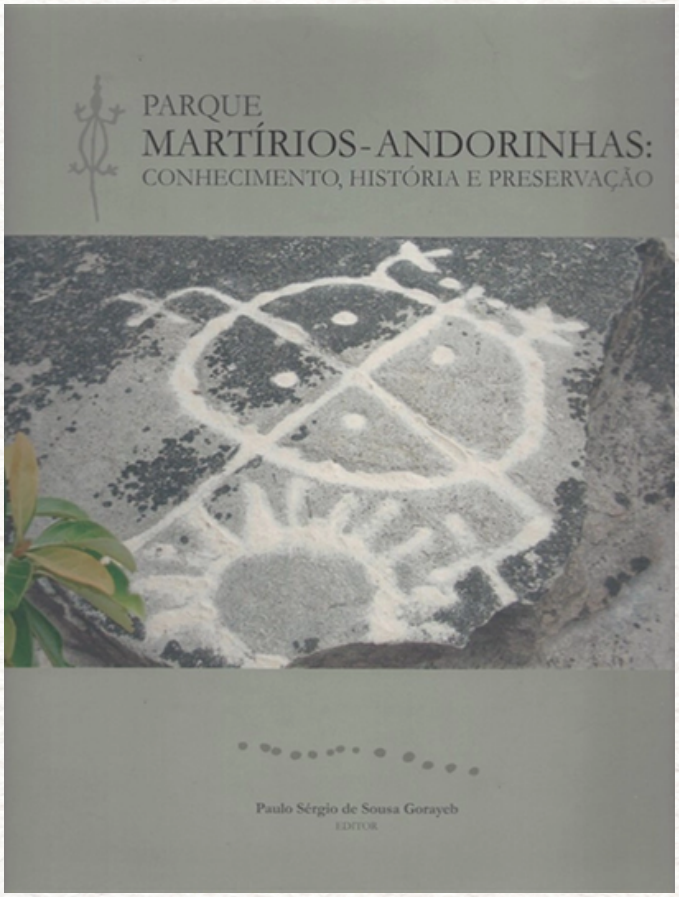
Para a inscrição no processo seletivo, a(o) candidata(o) deve comprovar seu pertencimento étnico a povos indígenas ou comunidades quilombolas, sendo residente ou não em sua comunidade.

Para conferir as informações na íntegra, **clique aqui.**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



Parque Martírios-andorinhas: Conhecimento, História e Preservação

O livro editado pelo professor Paulo Sérgio, reune uma série de artigos e pesquisas científicas realizadas na Serra das Andorinhas, localizada em São Geraldo do Araguaia, no Pará. Nele aborda-se os ecossistemas, a vida nregiãos, atual e antigamente. Com a descrição e o uso de mapas e fotos, o livro traz a realidade da Serra após a Guerra de Araguaia, ilustrando como se encontra a localidade,

Autor: Paulo Sérgio de Sousa Goyareb

DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO NA BIBLIOTECA DA SEMAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

SEMAS leva capacitação do programa Territórios Sustentáveis ao sudeste estadual



Equipes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) concluíram uma nova etapa de uma série de capacitações para técnicos envolvidos no programa Territórios Sustentáveis (TS), nos municípios de Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Cumaru do Norte, no sudeste do Pará.

O objetivo da ação foi capacitar técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) e das secretarias municipais de Meio Ambiente e Agricultura, dos respectivos municípios, a respeito do processo de retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar informações ambientais das propriedades e posses, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico.

Fonte: ASCON / SEMAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br